



CEPIR/SE

Atas das Reuniões
2023



DIRETORIA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ata nº 01 da Reunião Ordinária do
Conselho Estadual de Promoção da
Igualdade Racial – SE, de 22 de
novembro de 2023.

Ao vigésimo segundo dia do mês de novembro do corrente ano, na sala de reuniões da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania - SEASC, localizada na Rua Santa Luzia, 680, em Aracaju/SE, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEP/IR/SE, com a seguinte pauta definida: 1. Apresentação dos membros; 2. Alinhamento das próximas atividades; 3. Delimitar as datas das próximas reuniões. Presentes os seguintes membros e suas respectivas representações: Márcia Vieira da Silva, representando a coordenadora de políticas públicas em defesa dos direitos e promoção da igualdade racial; Sara Santos da Silva e Barbara Santana Ribeiro, representando o Conselho Regional de Psicologia – 19ª região; Roberto Amorim Ferreira e Edinalva da Silva Mendes, representando o SINTESE; Edjane Lima Marinho, representando a Secretaria do Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor – SEJUC; Silvio Augusto Menezes Feitosa e Alzira Celestina Dos Santos Neta, representando a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura – SEDURBI; Selma da Silva Santos e Cristiane Feitoza Dantas, representando o Coletivo Rejane Maria; Carlos César do Nascimento Zuzarte, representando Abaçá Obanirã; Irivan de Assis Santos Silva, representando Quilombola Criibber; Wézya Mylena dos Santos Ferreira, representando Omoláiyé; e foi convidada a assessoria jurídica da SEASC, Railde Corumba. Iniciada a reunião, às 09 horas e 06 minutos. Foi discutido a respeito da necessidade de um membro dos povos originários uma vez que na reunião nenhum representante dos indígenas pois não havia sido convidado a participar, foi discutido se no decreto havia essa possibilidade, ou se haveria uma necessidade de aditamento do decreto, após uma rápida leitura notou-se que não seria necessário o aditamento tendo em vista que a possibilidade já estava prevista no decreto. Outro ponto discutido na reunião foi a respeito da data da próxima reunião, onde será debatido o regimento interno, onde ficou estabelecida que ocorrerá no dia 27 de novembro de 2023 às 08:00 horas, foi sugerido criar um grupo com todos os membros, um calendário com as datas das próximas reuniões e analisar a possibilidade de reuniões híbridas (virtual/presencial). A reunião contou com a presença virtual de Isadora Bispo que é advogada e diretora de articulações interfederativa do Ministério da Igualdade Racial. Ela começou sua fala trazendo a notícia de que foi aprovada a lei que torna o

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

dia 20 de novembro como um feriado nacional do "Dia da Consciência Negra", explicou a necessidade do estado de Sergipe entrar para o SINAPIR (Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial) e ficou para análise uma data para esta adesão; expos a respeito da importância de se ter um ministério próprio, que agora nesse ministério (Ministério de Promoção de Igualdade Racial) havia três secretarias: a das políticas voltadas as comunidades quilombolas; a das ações afirmativas e a de gestão do sistema nacional de igualdade racial. Prosseguiu explicando a respeito dos mecanismos que o Ministério da Promoção da Igualdade Racial iria oferecer, e se disponibilizou a mandar uma lista com todos os mecanismos a disposição, sendo aprovadas as seguintes propostas: estabelecido que ocorrerá no dia 27 de novembro de 2023 às 08:00 horas. Nada mais havendo a tratar, a reunião que foi finalizada às 10 horas e 10 minutos, presidida por Marcia Viera da Silva, coordenadora de políticas públicas em defesa dos direitos e promoção da igualdade racial. Nada mais havendo a declarar, a Sra. Márcia Vieira encerrou a reunião. Lavrada a presente ata, segue assinada pelos membros presentes do conselho.

Aracaju/SE, 22 de novembro de 2023

Márcia Vieira da Silva
MÁRCIA VIEIRA DA SILVA
Membro do CEP-IR

*Sora Santos Silva, Alzine Blesina dos Santos Neto, Edmaria da Silva Mendes, Eliatiane Fátima Santos, Sivan de Assis Santos Silva; Lúiza Mylena dos Santos Ferreira
Barbara Santana Ribeiro
João Paulo de Santana*

Ofício Circular n.º 01/2023
Ref. Conselho/CEPIR

Aracaju, 14 de Novembro de 2023.

Caros Conselheiros,

O Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial realizará uma reunião no próximo dia **22 de NOVEMBRO**, no horário das **08:00hs** que acontecerá na **Sala de Reunião da SEASC**, situada na **Rua Santa Luzia nº680, Bairro São José**, nesta capital, com a seguinte pauta:

1. Boas Vindas;
2. Apresentação dos Membros;
3. Alinhamento das próximas atividades do conselho;
4. Datas das próximas reuniões;

***Conclamamos a todos os Conselheiros por sua presença física.**

Atenciosamente,

Marcia Vieira da Silva
Membro do Conselho CEPIR - Governamental



DIRETORIA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ata nº 01 da Reunião Extraordinária do
Conselho Estadual De Promoção da
Igualdade Racial – SE, de 27 de
novembro de 2023.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de novembro do corrente ano, na sala de reuniões da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania - SEASC, localizada na Rua Santa Luzia, 680, em Aracaju/SE, reuniram-se os membros do Conselho Estadual De Promoção da Igualdade Racial CEPİR/SE, com a seguinte pauta definida: 1. Leitura da ata 2. Minuta do Regimento; 3. Alinhamento das próximas atividades do conselho; 4. Datas das próximas reuniões. Presentes os seguintes membros e suas respectivas representações: Márcia Vieira da Silva, Coordenadora de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos e Promoção da Igualdade Racial; Sara Santos da Silva e Barbara Santana Ribeiro representando o Conselho Regional de Psicologia – 19ª Região; Carivalda Ribeiro Sousa representando o Instituto de Cultura do Povo Cigano do Brasil; Roberto Amorim Ferreira e Ednalva da Silva Mendes representando o SINTESE; Marcela Almeida Souza representando a SSP; Jackson Francisco de Santana representando a SEJUC; Karla Melo Santos representando a Secretaria Do Estado Da Saúde SES; Ivana Maria de Santana representante da SEAGRI; Pedro Paulo Lima Lacerda da Silva representando a SEDETEC; Alzira Celestino dos Santos Neta representando a SEDURBI; Cristiane Feitoza Dantas representando o Coletivo Rejane Maria; Wézya Mylena dos Santos Ferreira representando o Omoláiyé. Iniciada a reunião, as 08:28 horas, com a apresentação dos membros que não se fizeram presentes na primeira reunião, Márcia deu prosseguimento a reunião mostrando aos demais presentes que na lei já estava estabelecido que se fazia necessário um representante dos povos indígenas. Carivalda expôs sobre a necessidade de políticas públicas para com os povos ciganos, principalmente no tocante a segurança pública, uma vez que o povo cigano sente medo principalmente das forças policiais, tendo em vista as abordagens, como por exemplo o caso de Araúá/SE. Deu-se início a leitura da lei 8.740 e notou-se discrepâncias entre o decreto de nomeação e a lei 8.740, uma vez que havia um governamental a menos e na sociedade civil ao fazer o acréscimo do representante dos povos indígenas iria ficar um

[Handwritten signatures and initials]

36 membro a mais; na lei não se falava em Casa Civil e a mesma estava no decreto de
37 nomeação, enquanto que a Secretaria do Estado Geral do Governo, estava no decreto no
38 entanto não estava dentre os nomeados; ao se analisar ainda mais profundamente o
39 decreto de nomeação e a lei 8.740, ficou claro que havia mais entidades não
40 representadas, como a LGBTQIAP+. Tendo em vistas as diversas mudanças e
41 necessidades apresentadas, surgiu um debate sobre as possíveis soluções, analisar as
42 entidades que não estão presentes como representantes, e buscar o motivo de suas
43 respectivas ausências; fazer um chamamento dos que estão em aberto; para solucionar
44 um dos casos em que há mais representantes que o previsto em lei, para uma
45 determinada entidade, foi proposto analisar o numero de faltas dos membros, posto que,
46 na lei estabelece que três faltas injustificadas, motiva a exclusão doo membro do
47 Conselho. Railde Correia Lima Corumba Silva, representante do jurídico da Secretaria
48 do Estado de Assistência e cidadania – SEASC, propôs algumas medidas praticas como
49 fazer uma consulta a Procuradoria Geral Do Estado – PGE; também propôs fazer uma
50 resolução a respeito dos assuntos tratados, chegando a conclusão de posteriormente, as
51 16:00 horas do dia 27 de novembro, Marcia Viera e Railde iriam se reunir para
52 estabelecer meios de solucionar as problemáticas levantas; falou-se também na reunião
53 a respeito da possibilidade das próximas reuniões serem realizadas no auditório do NAT
54 em virtude do número de integrantes do conselho. Ficou estabelecido na presente
55 reunião que as reuniões subseqüentes aconteceriam na primeira quarta-feira de cada
56 mês, às 08:00 horas. Foi feita a leitura da ata da reunião passada, feita as devidas
57 alterações e assinada pelos membros. Nada mais havendo a declarar, Marcia Viera da
58 Silva encerrou a reunião as 10:50 horas. Lavrada a presente ata, segue assinada pelos
59 membros presentes do conselho.

60
61 Aracaju/SE, 27 de novembro de 2023

62
63
64 MÁRCIA VIEIRA DA SILVA 

65 Coordenadora de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos e Promoção da Igualdade

      



DIRETORIA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ata nº 02 da Reunião Ordinária do
Conselho Estadual de Promoção da Igualdade
Racial - SE, de 06 de dezembro de 2023.

Ao sexto dia do mês de dezembro do corrente ano, na Biblioteca Epiphany Dórea, Rua Vila Cristina, bairro 13 de Julho, em Aracaju/SE, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com a seguinte pauta definida: 1. Lei da criação do conselho; 2. Regimento; 3. O que ocorrer. Presentes os seguintes membros e suas respectivas representações: Sara Santos Silva, representando o conselho regional de psicologia; Carivalda Ribeiro Sousa, representando o instituto de cultura do povo cigano do Brasil; Roberto Amorim Ferreira, representando o SINTESE; Marcela Almeida Souza, representando a SSP; Márcia Vieira da Silva, representando a SEASC; Jackson Francisco de Santana, representando a Secretaria do Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor; Karla Melo Santos, Secretária de Estado da Saúde; Ivana Maria de Santana, representando a SEAGRI; Igor Gabriel Santos Souza, representando a SEFAZ; Silvio Augusto Menezes Feitosa, representando a SEDURB; Ana Ires Lima Dos Santos, representando o MNU; Selma da Silva Santos, representando o Coletivo Rejane Maria; Carlos César Do Nascimento Zuzarte, representando o Abaça Obanira; Irivan De Assis Santos Silva, representando Quilombola Criliber; Wézya Mylena Dos Santos Ferreira, representando o Omoláié; tendo como convidada Railde Correia Lima Corumba Silva. Iniciada a reunião, as 09h10min. Márcia Vieira deu início dando boas vindas a reunião seguiu dizendo que seria feito um ofício solicitando a sala de reuniões na Biblioteca Epiphany Dórea, para a primeira quarta de cada mês para as reuniões do CEPRI. Em seguida, Sara fez uma explicação a respeito das possíveis decisões para as problemáticas as quais o conselho vem buscando uma solução, primeiramente explicou como ficou tendo três entidades representando o seguimento dos trabalhadores, sendo o resultado da não inscrição da representação dos povos originários e da representação da população LGBTQIAPN+, no entanto apesar de ter sido acrescentado mais duas entidades na busca de dar paridade, as entidades que foram nomeadas a mais não são de representação dos povos originários ou

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

36 LGBTQIAPN+; como solução para os membros a mais no seguimento dos
37 trabalhadores, ficou decidida que, a entidade faltante, iria ser excluída do conselho
38 uma vez que a mesma já tinha três faltas injustificadas, as duas entidades restantes
39 iriam atuar como titular e suplente tendo assim direito a um voto. Outro ponto que
40 foi explicado, sobre uma dúvida a respeito do porque não havia sido nomeada uma
41 entidade da Secretaria Geral do Estado, como previsto em lei, já a Casa Civil que não
42 esta prevista em lei, estava entre as nomeadas, tendo como resposta que a Casa Civil
43 é representante da Secretaria Geral do Estado. Quanto a ausência de representação
44 dos povos indígenas e da população LGBTQIAPN+, seria feito um chamamento
45 direcionado para os povos indígenas e a população LGBTQIAPN+. Ao ouvir a
46 proposta Irivan discordou do que foi proposto argumentando que acredita ser
47 inviável o chamamento apenas dos povos indígenas e LGBTQIAPN+, uma vez que a
48 forma correta seria o chamamento geral tendo em vista que os atuais membros são da
49 gestão antiga e foram reconduzidos para atual, logo, ou mantinha a forma atual com
50 a ausência de representação dos povos originários e LGBTQIAPN+, considerando
51 que, houve o chamamento da forma legal e a substituição que foi feita também estava
52 prevista; ou faz um chamamento para todos, visando que futuramente não haja
53 problemas por falta de legalidade. Marcia ressaltou a urgência dessa decisão para que
54 esse assunto se encerre e o conselho consiga mudar de pauta, pois se fazia necessário
55 também à eleição da presidência. Wézya, fala a respeito da necessidade de ser ágil na
56 decisão e que deveria ser tomada a decisão com respaldo jurídico e maior
57 praticidade. Railde numa tentativa de trazer mais segurança a decisão, sugeriu uma
58 reunião com o Ministério Público e abrir uma consulta com a PGE para trazer um
59 parecer sobre a forma mais pratica de ser feita tal chamamento. Em busca de justiça
60 abriu-se uma votação a cerca de: fazer o chamamento de todos os membros ou
61 esperar o parecer, por 11 votos a uma abstenção de Irivan, que expos que não era
62 necessário fazer a votação decidiu-se por aguardar o parecer da PGE. Dando
63 prosseguimento a reunião, iniciou-se a leitura do regimento, feita por Sara, para
64 análise, correções e aprovação do regimento interno, a principio houve correções
65 ortográficas e de má digitação, chegando ao inciso X do artigo 4º, acrescentou "e
66 manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência", no artigo XI acrescentou
67 "entre outros" ao final, e a mesma alteração foi feita nos incisos XV e XVI, no inciso
68 XII, foi feita uma alteração no final uma vez que constava Florianópolis enquanto
69 que se tratava de Sergipe; Railde prosseguiu a Leitura, sendo lido e aprovado até o
70 artigo 19º. Aproveitando o tópico de pauta "o que ocorrer" foi novamente debatido a
71 respeito da adesão ao SINAPIR, adesão esta proposta por Isadora Bispo, diretora de
72 articulação interfederativa do Ministério da Igualdade Racial, na primeira reunião,
73 ficando decidido por todos os presentes pela adesão ao SINAPIR. Stefany Caroline
74 Santos compareceu a reunião, no entanto chegou já quase no final. Nada mais
75 havendo a declarar, Márcia Vieira encerrou a reunião. Lavrada a presente ata, segue
76 assinada pelos membros presentes do conselho.

77

The bottom of the page contains several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there are approximately eight distinct signatures, some of which are quite stylized and overlapping. The signatures appear to be of the council members mentioned in the text, such as Irivan, Marcia, Wézya, Railde, Sara, Isadora Bispo, Stefany Caroline Santos, and Márcia Vieira.

78

Aracaju/SE, 06 de dezembro de 2023.

79

80

81



82

MARCIA VIEIRA DA SILVA

83

COORDENADORA DE POLITICAS PUBLICAS EM DEFESA DOS DIREITOS DA

84

IGUALDADE RACIAL





Sara Santos Silva

Karla Melo Santos

Camille Figueiredo Sales



H. Durães





CEPIR/SE

Atas das Reuniões
2024



DIRETORIA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ata nº 01 da Reunião Ordinária do
Conselho estadual de promoção da
igualdade racial – SE, de 07 de fevereiro
de 2024.

Ao sétimo dia do mês de fevereiro do corrente ano, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, localizada no 3º andar do Edifício Estado de Sergipe - Tv. Baltazar Góis, 86 - Centro, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com a seguinte pauta definida: 1. Leitura da ata; 2. Minuta do regimento; 3. O que ocorrer. Presentes os seguintes membros e suas respectivas representações: Sara Santos Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia – 19ª Região; Carivalda Ribeiro Soua, representando o Instituto de Cultura do Povo Cigano do Brasil; Josevaldo Mota de Souza, representando a Sociedade Brasileira de Contabilidade; Roberto Amorim Ferreira, representando o SINTESE; Lina Regina G. Nunes dos Santos, representando o coletivo Hecta; Stefany Caroline Santos, representando o Coletivo Negro Beatriz Nascimento; Meire Mansuet Alcantara Campos e Silva, representando a SSP; Jackson Francisco de Santana, representando a SEJUC; Karla Melo Santos, representando a SES; Marcia Vieira da Silva, representando a SEASIC; Ivana Maria de Santana, representando a SEAGRI; Igor Gabriel Santos Souza, representando a SEFAZ, Jussara Sant'anna Alves, representando a SEDETEC; Alzira Celestina dos Santos Neta, representando a SEDURBI; Ana Ires Lima dos Santos, representando o MNU; Cristiane Feitoza Dantas, representando o Coletivo Rejane Maria; Iri van de Assis Santos Silva, representando a Quilombola Criliber; Wézya Mylena dos Santos Ferreira, representando o Omolaiyé. A reunião iniciou-se com uma explicação a respeito dos faltantes, tendo em vista que conforme a lei de criação três faltas sem justificativas gera a exclusão da entidade, seguido, pela minuta do regimento, onde se abriu o diálogo a respeito do quórum para início da reunião e para votação de decisões do conselho, onde alguns dos membros gostariam que para decisões seria necessário metade dos membros mais um, no entanto outros discordaram, uma vez que dessa forma poderia resultar em decisões pendentes em virtude dos faltantes, podendo até abrir precedentes para que aqueles projetos que um determinado grupo não quisesse que fosse aprovados poderiam se valer dessa brecha para que os projetos não fossem votados, sendo assim o prudente seria que para abertura das reuniões o quórum teria que obedecer a presença de metade mais um de membros, dando uma margem de espera de meia hora após o

38 horário estabelecido para reunião, se iniciaria com quantitativo que tivesse e o mesmo se
39 aplicaria as votações. Lina Sugeriu uma votação para decidir qual seria o quórum e Wézya
40 aponta que não tem porque uma votação nesse tocante, tendo em vista que o fato em questão
41 já havia ficado decidido e o melhor seria ir para o art 19 e seguintes para darem de fato o
42 prosseguimento da minuta do regimento; mas antes de ir ao art 19, Priscila, advogada da
43 SEASIC que se fazia presente como apoio jurídico da reunião, pediu que fosse revisado o art
44 4º, considerando que o conselho é consultivo então a ele não cabia aprovar, mas sim analisar,
45 então propôs a troca do verbo aprovar por analisar, apontou também que o conselho não tem
46 o poder de criar um fundo e sim de fiscalizar. Irivan informou que todos os conselhos tem
47 seu fundo próprio e sem um fundo o conselho não anda, e nota-se uma mudança de
48 tratamento com o conselho de Igualdade Racial, Josevaldo concorda com a colocação do
49 conselheiro Irivan e complementa a fala, mencionando que depender da Secretária pode
50 acarretar em decisões sem andamento, pois se tornará dependente; Priscila, expõe que por ser
51 algo que está presente na lei, aquele momento não cabia discutir o assunto, pois isso só iria
52 atrasar a aprovação do regimento o que não seria benéfico para o conselho, logo o melhor era
53 dá prosseguimento a minuta e após o regimento aprovado, e o conselho alinhado, poderiam
54 ver por meios legais junto com a assembleia pleitear a mudança na lei que origina o
55 conselho; Irivan cita que o estatuto da igualdade racial já foi aprovado na assembleia
56 legislativa trará várias mudanças dentre elas cita a possibilidade do fundo para o conselho e
57 assim foi suprimido o inciso III do artigo 4. Partindo para o artigo 20, Wézya dá início a
58 leitura até o art. 22, não houve objeções, no entanto no inciso I, Josevaldo sugere a troca do 4
59 membros por um número ímpar, Zuzarte questiona o porquê, e Karla explica, que números
60 ímpares facilitam em votações tendo em vista que em casos de votação impossibilita de
61 haver empates, sendo assim, facilitaria a tomada de decisões das comissões, surge o
62 questionamento da quantidade para as comissões, Zuzarte aponta que quanto mais pessoas
63 presentes menor será o aproveitamento, no entanto, Ana Irys diz que botar um número
64 estabelecido de membros não será uma decisão interessante pois muitas entidades iriam
65 querer participar, Zuzarte explica que serão mais de uma comissão e as entidades se
66 dividiriam nessas comissões, ficando decidido que cada comissão, teria 5 membros, no
67 parágrafo terceiro ainda desse artigo ficou estabelecido que será substituído o membro da
68 Comissão ou Grupo de Trabalho que faltar, sem justificativa apresentada até 48 horas
69 após a reunião, via e-mail institucional, passando para o art. 23 que seguiu sem
70 objeção até o 26, que nos incisos IV, VII e X, foi especificado os povos, também
71 abriu-se uma discussão a respeito do perfil do conselheiro, ficando estabelecido que
72 para ser conselheiro do CEPPIR será imprescindível ter conhecimento de causa, no
73 artigo 27, parágrafo único foi suprimido o técnico administrativo, e do art. 28 e
74 seguintes não houveram objeções. Os conselheiros debateram a respeito da
75 necessidade do regimento interno passar pelo governador, alguns dos membros não
76 concordaram com essa necessidade, mas uma vez que está previsto em lei, no
77 momento nada poderia ser feito para alterar isso, e ficar questionando o que está em
78 lei, apenas iria atrasar o andamento do conselho, outro ponto que desagradou os
79 conselheiros, foi a sensação de falta de autonomia onde o conselho estava numa
80 posição auxiliar do governo e não como um órgão autônomo e deliberativo. Nada
81 mais havendo a declarar, a Sra. Márcia Vieira encerrou a reunião. Lavrada a presente
82 ata, segue assinada pelos membros presentes do conselho.

84

Aracaju/SE, 07 de fevereiro de 2024

85

86

87

88

89

MÁRCIA VIEIRA DA SILVA
Membro do CEPPIR

Meire Mansuet Alcantara Campos - SSP/SE

Leiciane de Assis Santos Silva

Halsson Dillan Oliveira Santos - CNBN

JOSEVALDO MOTA DE SOUZA ~~SE~~ SBC

Adina Regina G. Nunes dos S.

Karla Melo Santos. SES/SE.

Ana Ines Campinho

Paula Maria Viana ~~SE~~ SBC

Sara Santos Silva

Camille Lima Sousa

Ignor Gabriel Santos Souza

Jackson Francisco de Santana - SEJUC

DIRETORIA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ata nº 02 da Reunião Ordinária do
Conselho estadual de promoção da
igualdade racial – SE, de 06 de março de
2024.

Ao sexto dia do mês de março do corrente ano, na sala de reuniões da Casa dos
Conselhos, localizada no 3º andar do Edifício Estado de Sergipe - Tv. Baltazar Góis, 86
- Centro, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial,
com a seguinte pauta definida: 1- Leitura da ata; 2- Eleição da mesa diretora; 3- o que
ocorrer. Presentes os seguintes membros e suas respectivas representações: Sara Santos
Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia – 19ª Região; Carivalda Ribeiro Souza,
representando o Instituto de Cultura do Povo Cigano do Brasil; Josevaldo Mota de Souza,
representando a Sociedade Brasileira de Contabilidade; Lina Regina G. Nunes dos Santos,
representando o coletivo Hecta; Halysson Delleon Oliveira Santos, representando o Coletivo
Beatriz Nascimento; Meire Mansuet Alcantara Campos e Silva, representando a SSP; Jackson
Francisco de Santana, representando a SEJb/C; Edjane Lima Marinho, representando a SEJUC;
Karla Melo Santos, representando a SES; Vaneska Teixeira representando a SEDETEC; Marcia
Vieira da Silva, representando a SEASIC; Igor Gabriel Santos Souza e Ana Beatriz Lopes
Gomes, representando a SEFAZ; Silvio Augusto Menezes Feitosa, representando a SEDURB;
Ana Ires Lima dos Santos, representando o MNU; Selma da Silva Santos, representando o
Coletivo Rejane Maria; Carlos César do Nascimento Zuzarte, representando Abaça Obanirã;
Irvan de Assis Santos Silva, representando o Quilombola Criliber. Iniciando a reunião com a
leitura da ata, Zuzarte fez a leitura e foi feita as devidas alterações, partindo para
segunda pauta **eleição da mesa diretora**, Marcia comunicou que seria a eleição da mesa
diretora, contudo esse assunto estava até o momento em branco no regimento, Irvan diz
ter uma sugestão para a mesa diretora, que consistiria em reconduzir a antiga mesa
diretora, uma vez que os membros antigos dos conselhos foram reconduzidos além



disso seria uma oportunidade do governo mostrar o que tem a oferecer já que com a recondução a presidência ficaria com a SEASIC; Ana Ires concordou com Irivan e aproveitou para acrescentar que dessa forma facilitaria, no entanto Josevaldo discorda e expressou que tem que se fazer valer o direito, que deve-se buscar sempre o melhor para o conselho e que deve sim haver eleição e não a recondução da mesa diretora dando a oportunidade para pessoas com mais disponibilidade para a mesa diretora, Irivan aponta que Marcia foi forjada pela luta do movimento negro sendo não apenas uma coordenadora, Daniel concorda e completa dizendo que não há o que se temer com a recondução tendo em vista que Marcia é militante, Marcia respondendo o questionamento de Meire a respeito da sua opinião sobre o tema, ressalta seu tempo de luta e militância, diz que atualmente está como coordenadora onde sua luta é pela promoção da igualdade racial e que agora a decisão cabe aos conselheiros, dos presentes apenas Josevaldo votou contra ficando decidido pela recondução da mesa diretora, onde a SEASIC fica com a presidência, o HECTA com a vice presidência e o MNU com a secretaria e partiram para última pauta **o que ocorrer**. Lina disse que as atribuições da mesa diretora e do secretariado, tem que ter uma melhor divisão; Josevaldo sugere a criação de um planejamento estratégico, Priscila recomenda a criação de uma comissão de planejamento estratégico, Priscila fala que haverá mudanças no regimento, Irivan propõe que a mesa diretora se reúna e faça a edição do regimento encaminhe no grupo e na próxima reunião fica para aprovação, outro ponto levantado nos assuntos diversos foi a questão do transporte dos conselheiros, que dessa reunião em diante os conselheiros fossem devidamente notificados a respeito do horário que o transporte fosse buscar.


Lina

Josevaldo


Josevaldo
SBC



DIRETORIA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Ata nº 03 da Reunião Ordinária do
Conselho estadual de promoção da
igualdade racial – SE, de 17 de abril de
2024.

Ao décimo sétimo dia do mês de abril do corrente ano, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, localizada no 3º andar do Edifício Estado de Sergipe - Tv. Baltazar Góis, 86 - Centro, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com a seguinte pauta definida: 1- Leitura da ata; 2- Leitura final do regimento; 3- o que ocorrer. Presentes os seguintes membros e suas respectivas representações: Sara Santos Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia – 19ª Região; Carivalda Ribeiro Souza, representando o Instituto de Cultura do Povo Cigano do Brasil; Josevaldo Mota de Souza, representando a Sociedade Brasileira de Contabilidade; Halysson Delleon Oliveira Santos, representando o Coletivo Beatriz Nascimento; Genelúza Cruz Santana, representando a SEDUC; Rita de Cassia de Oliveira Trindade, representando a SES; Marcia Vieira da Silva, representando a SEASIC; Jussara Sant'anna Alvez, representante da SEDETEC; Alzira Celestina dos Santos Neta, representando a SEDURB; Ana Ires Lima dos Santos e Daniel Christian dos Santos, representando o MNU; Selma da Silva Santos, representando o Coletivo Rejane Maria; Irivan de Assis Santos Silva, representando o Quilombola Criliber. Iniciando a reunião com a **leitura da ata**, Daniel Christian fez a leitura realizando as devidas alterações, partindo para segunda pauta leitura final do regimento, Daniel Christian prosseguiu com a leitura do regimento e destacou que achava estranho o que havia no artigo 30 onde os representantes do MNU Daniel e Ana Ires destacaram não entender a OAB constar como órgão fiscalizador das eleições do conselho. Destaca a conselheira Sara Santos Silva, representando o Conselho Regional de Psicologia, que a sugestão questionada pelos conselheiros que representam o MNU-SE foi fruto apenas de uso de um modelo que estava a ser alterado na presente reunião e que não havia intenção de ir para o texto final do regimento deste Conselho, já



havendo previsão de excluir esse artigo. Foi lido o artigo antigo e deliberado pelos presentes que o artigo controverso passaria a seguinte redação: "Art. 30 – A eleição das entidades da sociedade civil organizada no CEPIS dar-se-á em assembleia própria através do edital pelo chamamento público, realizado a cada dois anos. I – O processo deliberado em reunião do caput deve ser convocado por Decreto do Poder Executivo Estadual, publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo de sessenta dias que antecede o termino do mandato de seus representantes, não se aplicando à primeira composição. Art. 31 – o tempo do mandato poderá ser estendido por excepcionalidade no máximo de 90 dias". Os artigos 32 e 33 em seus caputs, parágrafos e incisos; foram discutidos ponto a ponto pela comissão que deliberou sobre a redação final. Ao final da assembleia todos os presentes assinaram o regimento aprovado. Foi dado o encaminhamento pela presidente, Sra. Marcia Vieira da Silva, a necessidade de na próxima reunião ordinária pautar a formação das comissões de trabalho do conselho, encaminhamento aceito após deliberado pelos presentes.

ARACAJU, 05 DE JUNHO DE 2024.

Marcia Vieira da Silva

Sora Santos Silva

Roberto Amorim Ferraz

Paula de Aguiar de O. Trindade

Joaquim dos Reis dos Santos

Carvaldo Resano Sousa

Silvia da Silva Santos

Luiz de Assis Junior

Halcyon Zilleon Oliveira Santos

CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
DE SERGIPE - CEPİR/SE

Ata da **Reunião Extraordinária** do
Conselho Estadual de Promoção da
Igualdade Racial de Sergipe -
CEPİR/SE.

1 Aos doze (12) dias do mês de dezembro do ano de 2024, na Sala de reuniões da Casa
2 dos Conselhos, localizada no 3º andar do Edifício Estado de Sergipe, Tv. Baltazar Góis,
3 86 - Centro, Aracaju - SE, 49010-500, reuniram-se os membros do Conselho Estadual
4 de Promoção da Igualdade Racial de Sergipe - CEPİR/SE, com a seguinte pauta
5 definida: 1 - Apresentação dos novos membros representantes da SEASIC; 2 - Leitura
6 do Decreto de Publicação do Regimento Interno; 3 - Informações sobre a Adesão do
7 Estado de Sergipe ao SINAPİR; 4 - Informações sobre a Conferência Nacional; 5 - O
8 que ocorrer. Estiveram presentes os membros e suas respectivas representações
9 elencadas a seguir: Ianne Kelly Nunes Cavalcante - SEASIC/SE, Isabel Cristina Alves
10 Ferreira - SEASIC/SE, Ana Ires - MNU, Sara Santos Silva - CRP/SE, Cristiane Feitoza
11 Dantas - Coletivo Rejane Maria, Meire Mansuet Alcantara Campos e Silva - SSP/SE,
12 Jussara Sant'anna Alves - SEDETEC, Ana Beatriz Lopes Gomes - SEFAZ/SE Edilson
13 dos Santos Silva - Coletivo HECTA, Karla Melo Santos - SES/SE, Irivan Silva -
14 Quilombola CRILIBER, Carlos Cesar Zuzarte - OBAÇA OBANIRÁ e Josevaldo Mota
15 de Souza - Sociedade Brasileira de Contabilidade. 1. Verificado o quórum, às 9h15min
16 foi declarada aberta a reunião. 2. A Sra. Ianne deu início à Reunião dando boas-vindas a
17 todos (as) os (as) presentes e se apresentando como nova representante titular da
18 SEASIC/SE. 3. Em seguida, a palavra foi franqueada a Sra. Isabel Ferreira, membro
19 suplente da SEASIC, que também se apresentou e deu ênfase na importância da
20 retomada das atividades do Conselho e do interesse da gestão, através da SEASIC, de
21 garantir os trabalhos do Conselho. Relatou que a Sra. Márcia continuava afastada por
22 motivo de doença e por esse motivo a Sra. Ianne, nomeada como titular para representar
23 a SEASIC, estaria ocupando a cadeira da Presidência, já que nas eleições para a Mesa
24 Diretora ficou definido que a Presidência era da SEASIC/SE, portanto, como
25 representante titular dará continuidade aos trabalhos inerentes a função. Além disso,
26 também relatou sobre sua participação no Seminário Nacional da 5ª Conferência
27 Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que ocorreu em Maceió, nos dias 25 e 27 de
28 novembro, no qual houve a apresentação das normativas da V Conferência Nacional de
29 Promoção da Igualdade Racial. Finalizou sua fala destacando que os recursos para a
30 realização da Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial estão garantidos
31 pela gestão estadual e que a Secretária Érica Mitidieri tem o interesse em promover cada
32 vez mais políticas públicas que assegurem e promovam a igualdade racial. 4. Em seguida

[Assinatura]

[Assinatura]
Sra. Beatriz
Ana Beatriz

os membros presentes se apresentaram dizendo seus nomes e as entidades que representavam. 5. A Sra. Ianne realizou a leitura do Decreto 883/2024, de 26 de novembro de 2024, que publicou o Regimento Interno do CEPİR, também disponibilizou, via *whatsapp*, cópia em *pdf* do Regimento para que todos tivessem ciência da publicação e conteúdo. 6. Dando continuidade à reunião, a Sra. Ianne destacou às informações sobre a V Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial, que terá como tema central: "Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial" disponibilizando a Resolução do CNPIR, via *whatsapp*, para os conselheiros e destacando a necessidade do planejamento e organização necessários para a realização da etapa estadual. Destacou também, que na reunião ordinária de janeiro, já será necessário definir a comissão organizadora da conferência estadual. 7. Em seguida, a Sra. Ianne, relatou sobre a importância da Adesão do Estado de Sergipe ao SINAPIR, o que foi ratificado pela fala do Sr. Irivan sobre a importância da elaboração do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial. 8. O Sr. Zuzarte relatou que há, a necessidade de um agendamento de reunião com o Governador Fábio Mitidieri e Secretária Érica Mitidieri, para que, haja um diálogo sobre o que tem sido feito em prol da população negra, bem como discutir o plano de governo no que diz respeito a população negra. A Sra. Ana Ires relatou que essa pauta vai além do Conselho, mas que também acha necessário esse diálogo com todos os movimentos sociais relativos a temática racial, para que haja uma escuta ativa por parte do executivo estadual, das demandas requeridas e que inclusive gostaria que fizesse constar em ata, para posterior elaboração de ofício com tal requerimento. De volta a palavra, o Sr. Zuzarte destacou a atenção primária como exemplo de um importante assunto para atenção as especificidades da população negra e a necessidade de maior disponibilização de informações sobre o que tem sido feito para esta população em cada área do governo. Em seguida, a Sra. Ianne relatou que essa comunicação intersetorial já vem ocorrendo dentro da gestão. 9. Dando continuidade o Sr. Irivan destacou que uma demanda necessária a ser discutida é que a Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial, deveria ser um órgão melhor equipado, pois, apenas um integrante, dificilmente conseguirá abranger todas as especificidades necessárias, e que em 2025 dois pontos importantes a serem discutidos deverão ser a construção da Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial e do Plano Estadual. 10. O Sr. Zuzarte destacou que é necessário ter ciência dos valores orçamentários que o Estado de Sergipe destinou para as pautas relativas ao movimento negro e que há uma dificuldade de consenso dos movimentos e respectivos líderes, para pautas conjuntas. 11. O Sr. Irivan destacou que foi aprovado no Estado de Sergipe o Estatuto da Igualdade Racial, que é uma importante ferramenta jurídica para que o estado cumpra com o que já foi instituído por lei. 12. Em seguida, o Sr. Josevaldo relatou que para o Conselho trabalhar é necessário recursos financeiros e independência. 13. A Sra. Ianne ressaltou que o Conselho tem função Consultiva, propositiva e fiscalizadora, sendo um órgão de controle social. 14. Logo após, a Sra. Karla destacou que a atenção primária é de responsabilidade tripartite, não apenas do governo estadual e que seria interessante que os grupos de trabalho já formados pelo Conselho atuem nessas demandas, facilitando a comunicação. 15. A Sra. Ana Ires, destacou que seria importante convidar a Secretária Érica para uma reunião do Conselho, para que pudesse haver um diálogo sobre as demandas já relatadas. 16. Em

Carla
Irivan

Josevaldo
Erica
Ana Ires

seguida, o Sr. Iriuan relatou a importância de tratar da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana, instituída em novembro de 2024 pelo Governo Federal, no âmbito estadual. 15. Por fim, a Sra. Ianne ratificou que às reuniões ordinárias do CEPIR permaneceriam ocorrendo na primeira quarta-feira útil do mês e que as entidades faltosas serão advertidas e havendo continuidade de faltas sem justificativa formal, serão removidas da composição do Conselho. Nada mais havendo a declarar, a Sra. Ianne, encerrou a reunião às 11h30min. Aracaju, 12 de dezembro de 2024.

Lavrada a presente ata, segue assinada pelos membros presentes.

Mesa Diretora:

Ianne Kelly Nunes Cavalcante / Presidente:

Ianne Kelly Nunes Cavalcante

Anna Ires Lima dos Santos/Secretária:

Anna Ires Lima dos Santos

Conselheiros:

Sara Santos Silva - CRP/SE:

Sara Santos Silva

Josevaldo Mota de Souza - Sociedade Brasileira de Contabilidade:

Edilson Santos Silva - Coletivo HECTA:

Isabel Cristina Alves Ferreira - SEASIC/SE Isabel Cristina Alves Ferreira

Meire Mansuet Alcantara Campos e Silva -

SSP/SE: Meire Mansuet Alcantara Campos e Silva

Karla Melo Santos - SES/SE:

Ana Beatriz Lopes Gomes - SEFAZ/SE:

Ana Beatriz Lopes Gomes

Jussara Sant'anna Alves - SEDETEC/SE: Jussara Sant'anna Alves

Cristiane Feitoza Dantas - Coletivo Rejane Maria:

Iriuan de Assis Santos Silva - Quilombola CRILIBER:

Iriuan de Assis Santos Silva

113

Carlos

Cesar

Zuzart

-

OBAÇÁ

OBANIRÁ:

114




Sisiba H. M. M. M.
Ana Beatriz